

Gestar e pesquisar: produtivismo acadêmico e saberes invisibilizados na escrita acadêmica na pós-graduação

Gestating and researching: academic productivity and rendered-invisible forms of knowledge in graduate-level academic writing

¹ Ingrid Oliveira de Sousa  

² Klayton Santana Porto  

RESUMO

Este artigo tem como objetivo geral analisar os desafios enfrentados por mulheres pós-graduandas no período gestacional, articulando a discussão sobre produtivismo acadêmico, políticas institucionais de permanência e a invisibilidade dos saberes produzidos durante a gestação. O estudo caracteriza-se como um relato de experiência, de natureza qualitativa, fundamentado na perspectiva epistemológica dos saberes situados. Os resultados indicam que, embora avanços normativos recentes, como a atualização da Plataforma Sucupira em 2021 e a Portaria CAPES nº 209/2026, representem conquistas importantes, a experiência cotidiana das pesquisadoras gestantes segue atravessada por microagressões, deslegitimação e ausência de acolhimento institucional efetivo. Conclui-se que humanizar a pós-graduação e garantir condições reais de permanência para mulheres gestantes é uma exigência de justiça social e de construção de uma ciência que reconheça a situacionalidade do conhecimento e a inseparabilidade entre quem pesquisa e o corpo que habita.

Palavras-chave: maternidade. pós-graduação. produtivismo acadêmico.

ABSTRACT

This article aims to analyze the challenges faced by women graduate students during pregnancy, articulating the discussion on academic productivity, institutional retention policies, and the invisibility of knowledge produced during gestation. The study is characterized as an experience report of qualitative nature, grounded in the epistemological perspective of situated knowledges. The results indicate that, although recent normative advances — such as the update of the Sucupira Platform in 2021 and CAPES Ordinance No. 209/2026 — represent important achievements, the daily experience of pregnant researchers remains marked by microaggressions, delegitimization, and the absence of effective institutional support. It is concluded that humanizing graduate programs and ensuring real conditions for the permanence of pregnant women is a matter of social justice and of building a science that recognizes the situatedness of knowledge and the inseparability between the one who researches and the body they inhabit.

Keywords: maternity. Graduate studies. Academic productivity.

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Mestra em Educação pela UESB. Licenciada em Física pela UESB. Professora da Educação Básica da Rede Municipal de Poções – BA, Brasil.

² Pós-Doutor em Educação pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Doutor e Mestre em Ensino, Filosofia e História das Ciências pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Vitória da Conquista – BA, Brasil.

1 INTRODUÇÃO

Segundo Carvalho e Auad (2025), entre 2013 e 2022 o número de mulheres matriculadas em programas de pós-graduação *stricto sensu* no Brasil passou de 25.168 para 37.995, evidenciando uma transformação expressiva no perfil dos programas. Esse aumento da presença feminina na pós-graduação brasileira representa uma importante transformação no cenário científico nacional. Entretanto, a ampliação do acesso das mulheres aos espaços acadêmicos não foi acompanhada, na mesma proporção, por mudanças institucionais capazes de considerar as especificidades sociais, biológicas e emocionais que atravessam suas trajetórias.

A produtividade e os resultados exigidos pelas instituições de Ensino Superior são os mesmos para homens e mulheres, desconsiderando as mudanças hormonais mensais, período menstrual, gestação ou ainda as desigualdades sociais estruturadas que sobrecarregam as mulheres no cuidado com as atividades domésticas, a criação dos filhos e a responsabilização pela ordem familiar. Esse padrão reflete o que Hirata e Kergoat (1994) denominam divisão sexual do trabalho, pela qual as responsabilidades reprodutivas são atribuídas às mulheres como obrigação natural, enquanto o trabalho produtivo segue organizado segundo a experiência masculina. De modo geral, não é do interesse da sociedade onde o homem deixa seus filhos para poder trabalhar, mas é fundamental saber como a mulher fará isso sem ser negligente com os seus.

Além das exigências institucionais, as redes sociais têm um papel fundamental nas cobranças que recaem sobre as mulheres, mostrando que é possível uma vida perfeita por meio de recortes de 15 ou 60 segundos. Esse fenômeno conecta-se ao que Han (2015) descreve como sociedade do cansaço, na qual o imperativo do desempenho total é internalizado pelos próprios sujeitos. Construiu-se o discurso de que se uma pessoa dá conta dessa realidade todas as outras darão, apesar de a primeira contar com funcionários e uma vida financeira estável. Produtores de conteúdo nas plataformas de mídia social criam um discurso e os do mundo presencial o executam. Então, a mulher continua sendo cobrada com a mesma intensidade que os homens, e as gestantes com a mesma intensidade que as não gestantes, pois há o ideal de que a mulher naturalmente dá conta de todas as coisas.

Desse modo, a saúde mental dessas mulheres é significativamente impactada e estas passam a viver vulneráveis dentro dos seus próprios corpos por não se sentirem capazes de desempenhar tudo aquilo que lhes foi confiado. No período da gestação, em meio a todas as mudanças fisiológicas experimentadas, dentro da pós-graduação é preciso frequentar a mesma quantidade de aulas, com os mesmos prazos a serem cumpridos, sem qualquer flexibilização ao longo de todo o período gestacional, que antecede os quatro meses de licença-maternidade pós-parto. Assim, surge a insatisfação generalizada, pois não é possível ser uma pesquisadora produtiva, com uma casa constantemente organizada, filhos educados conforme modelos contemporâneos de parentalidade socialmente adequados, artigos qualis A1, exercícios físicos ao menos 3 vezes por semana, uma alimentação balanceada e nutritiva tudo dentro de 7 dias na semana.

O tempo acadêmico não desacelera nem em meio à chegada da vida, não há um respeito visível e institucionalizado pela reprodução social e biológica da vida humana (Federici, 2017). Nesse cenário, não há tempo para assimilar as mudanças corporais e psicológicas, escrever artigos originais, e receber uma criança. A partir destas reflexões, este artigo tem como objetivo geral analisar os desafios enfrentados por mulheres pós-graduandas no período gestacional, articulando a discussão sobre produtivismo acadêmico, políticas institucionais de permanência e a invisibilidade dos saberes produzidos durante a gestação.

O estudo caracteriza-se como um relato de experiência, fundamentado na perspectiva epistemológica dos saberes situados. Este é uma modalidade de produção de conhecimento qualitativo que, conforme Daltro e Faria (2019), articula vivência e reflexão teórica como forma legítima de produzir saber científico. O relato foi construído a partir das vivências de uma pós-graduanda durante o período gestacional, articuladas à discussão sobre maternidade, produtividade acadêmica e permanência na pós-graduação.

Justifica-se essa discussão pela permanência da invisibilidade sofrida pelas mulheres, pois, ao não haver políticas ou até práticas generalizadas dentro das universidades por parte dos programas de pós-graduação, percebe-se que não há um olhar voltado para uma questão tão recorrente e natural. Mulheres pós-graduandas, adultas, grávidas, são tratadas institucionalmente como se a gravidez representasse incompatibilidade com o ambiente acadêmico, independentemente da etapa de escolarização ou da idade.

2 OS DESAFIOS DA GESTAÇÃO NO PERCURSO DA PÓS-GRADUAÇÃO

Os cursos de pós-graduação *stricto sensu* têm vivenciado um momento de valorização da alta produtividade acadêmica no qual a quantidade tem sido posta em detrimento da qualidade (Estácio et al., 2019). Alguns programas mostram-se alinhados ao produtivismo desde o processo de seleção, ao exigir publicações em revistas consolidadas para acessar o programa. Tal convergência não é algo particular e autônomo; ao contrário, surge das influências externas, principalmente, de modelos propostos pelos Estados Unidos e aderidos na pós-graduação brasileira, a chamada lógica do *publish or perish*, expressão que nomeia a pressão para publicar como condição de sobrevivência na carreira acadêmica (Bianchetti; Valle, 2014).

Após adentrar os cursos de mestrado e doutorado dá-se continuidade ao projeto de pesquisa que culmina na qualificação e, posteriormente, na defesa de dissertação ou tese. Alguns programas, com o intuito de alcançar notas maiores e, por consequência, maiores investimentos financeiros na pesquisa, exigem que o discente da pós-graduação produza artigos científicos antes da conclusão do curso, de modo que o diploma fique condicionado a essas publicações. Considerando ainda o tempo de avaliação das revistas científicas, frequentemente marcado pela alta demanda e pelo reduzido número de pareceristas, o cumprimento dessas exigências torna-se um processo intenso e exaustivo, quando somado à todas exigências e rigores inerentes ao desenvolvimento das etapas da pesquisa e dos créditos obrigatórios a serem cursados nestes cursos.

As pós-graduandas, em sua maioria, encontram-se em uma etapa da vida marcada pela consolidação de responsabilidades profissionais, familiares e sociais. Grande parte concilia a formação acadêmica com jornadas extensas de trabalho, frequentemente atravessadas pelas condições de precarização laboral presentes no contexto brasileiro (Pinzón et al., 2020). Essa sobrecarga possui uma evidente marcação de gênero, em que o trabalho reprodutivo e de cuidado, historicamente invisibilizado, recai de forma desproporcional sobre as mulheres, o que contribui para intensificar as desigualdades que enfrentam nos programas de pós-graduação (Hirata; Kergoat, 1994). No contexto da gestação, acrescentam-se ainda as transformações fisiológicas e o desgaste físico impostos pela gravidez.

O primeiro trimestre gestacional, em particular, costuma ser marcado por intensas alterações hormonais que repercutem diretamente nas condições físicas e emocionais das mulheres. Náuseas, vômitos, alterações no apetite, episódios de indisposição, azia, cefaleias e sonolência excessiva tornam-se recorrentes nesse período. Tais manifestações evidenciam que a gestação, especialmente em suas fases iniciais, demanda elevado esforço do corpo feminino, simultaneamente responsável pela manutenção das atividades cotidianas e pelo complexo processo biológico de formação de uma nova vida. Esse desgaste compromete diretamente a concentração, a escrita e o raciocínio analítico, que são funções centrais à produção acadêmica, contando ainda que os prazos para entrega de artigos, cumprimento de créditos e demais exigências acadêmicas permanecem inalterados (Alves; Bezerra, 2020, p. 54).

As exigências da pós-graduação passam a ser vivenciadas simultaneamente às múltiplas demandas da vida cotidiana, o que dificulta os processos de permanência, produção acadêmica e continuidade da formação. Carvalho e Auad (2025), a partir da análise de dados da Plataforma Sucupira, evidenciam o aumento significativo da presença feminina nos programas de mestrado e doutorado no Brasil. As autoras ressaltam que esse crescimento numérico da participação das mulheres na pós-graduação não parece ter sido acompanhado, na mesma proporção, pela consolidação de políticas institucionais de permanência e acolhimento capazes de responder às demandas específicas vivenciadas por mulheres gestantes e mães no ambiente acadêmico.

A Resolução Normativa nº 028/2015 do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) estabelece que, em casos de parto ou adoção ocorridos durante o período de vigência da bolsa e formalmente comunicados pela pesquisadora ao órgão, a duração da bolsa poderá ser prorrogada por até quatro meses. Embora tal medida represente um avanço no reconhecimento das especificidades da maternidade no percurso acadêmico, ela ainda se mostra insuficiente diante das dinâmicas de produtividade que estruturam a pós-graduação brasileira. Aliado a isso, o desconhecimento dessa norma por parte das próprias pesquisadoras e de seus orientadores frequentemente impede que ela seja efetivamente acessada.

No contexto das avaliações institucionais e dos programas de pós-graduação, muitas bolsas são compreendidas não como pertencentes à pesquisadora, mas ao próprio programa, estando submetidas a reavaliações periódicas condicionadas aos índices de produtividade acadêmica. Em diversos programas, bolsas inicialmente previstas para quatro anos de duração no doutorado ou dois anos para o mestrado, passam por avaliações anuais, nas quais se verifica se a bolsista atingiu níveis satisfatórios de produção científica, participação em eventos, publicações e demais indicadores exigidos para manutenção da nota do programa perante os sistemas de avaliação. Estácio et al. (2019) argumentam que essa pressão por publicações para manutenção de bolsas não produz necessariamente ganhos qualitativos nos indicadores da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), sobrecarregando as pesquisadoras sem que isso se reverta em melhoria real da ciência produzida.

Nesse cenário, a permanência da bolsa deixa de constituir uma garantia contínua à pesquisadora ao longo de toda a formação, tornando-se condicionada à lógica produtivista que organiza a pós-graduação *stricto sensu*. Tal dinâmica impacta diretamente mulheres gestantes, uma vez que as demandas físicas, emocionais e sociais da gravidez frequentemente interferem nas condições objetivas de produção acadêmica. Ainda que muitas consigam manter elevados níveis de produtividade durante a gestação, isso frequentemente ocorre às custas de intensos processos de sobrecarga, exaustão e adoecimento (Estácio et al., 2019). Essa capacidade de produzir mesmo em condições adversas, longe de ser naturalizada, deveria ser reconhecida como uma forma específica de resistência epistêmica (Haraway, 1995).

Algumas tentativas regulamentadoras aparecem por meio de projeto de lei das deputadas Tábata Amaral e Laura Carneiro, e dos senadores Maria do Carmo Alves e Alessandro Vieira, que buscavam garantir prazos diferenciados e condições especiais de permanência para estudantes gestantes e mães no ensino superior, mas não se tornaram leis. Somente em 2021 a CAPES atualizou a Plataforma Sucupira de modo a incluir campos específicos destinados ao registro de licenças maternidade e paternidade. Até então, situações relacionadas à gestação e ao exercício da maternidade frequentemente eram desconsideradas nos processos de avaliação da pós-graduação, fazendo com que mulheres que concluíssem o doutorado em quatro anos e meio ou cinco anos, por exemplo, fossem interpretadas como pesquisadoras que ultrapassaram o tempo esperado de formação, sem que fossem consideradas as interrupções e os impactos decorrentes da gestação.

A partir dessa atualização, a CAPES passou a reconhecer formalmente a necessidade de que os programas de pós-graduação estabeleçam políticas institucionais de apoio à maternidade em seus processos de organização e avaliação. Contudo, embora tal reconhecimento represente um avanço importante no âmbito normativo, isso não significa que os programas tenham, de fato, consolidado estruturas institucionais capazes de acolher e amparar mulheres gestantes na pós-graduação.

Não raramente, gestantes e mães são percebidas como menos disponíveis, menos produtivas ou menos comprometidas com a pesquisa, o que repercute diretamente em suas relações acadêmicas, inclusive nos vínculos de orientação e acompanhamento institucional. Nesse caminho, a publicação da Portaria CAPES nº 209/2026 representa um avanço no reconhecimento institucional das especificidades vivenciadas por pós-graduandas gestantes e mães. Ao regulamentar a prorrogação das bolsas em casos de parto, adoção e situações relacionadas à gestação de risco, a CAPES reconhece formalmente que os processos de maternidade impactam diretamente a permanência e o desenvolvimento da pesquisa acadêmica.

A necessidade de regulamentar institucionalmente aspectos relacionados à maternidade evidencia que a pós-graduação brasileira foi historicamente organizada a partir de parâmetros que Schiebinger (2001) denomina como masculinizados, construídos ao longo de séculos de exclusão das mulheres da ciência e nos quais gravidez, parto e cuidado aparecem como interrupções excepcionais e não como dimensões legítimas da vida acadêmica. Ademais, há de modo naturalizado o ideal de que é da responsabilidade da mulher o cuidado e a organização da família e do lar, então tais questões não são levadas em consideração ao organizar os cursos. Por esse fato é que Almeida, Müller e Hogemann (2022) defendem que é preciso desnaturalizar as funções de cuidado, seja da casa, ou da criação dos filhos, como sendo apenas das mulheres.

O artigo 9º da Portaria CAPES nº 209/2026 revela ainda uma dimensão significativa da lógica produtivista da pós-graduação ao determinar que o período de prorrogação não seja contabilizado negativamente nos indicadores de avaliação dos programas. Essa proteção explícita é reveladora, pois se a portaria precisa determinar que a prorrogação não prejudique os indicadores do programa, isso evidencia que, sem tal disposição, a própria lógica de avaliação da CAPES incentivaria os programas a não apoiar pesquisadoras gestantes, ou seja, a estrutura avaliativa historicamente punia, de forma indireta, quem engravidava durante a formação. Tal disposição demonstra que a preocupação com desempenho e produtividade influencia diretamente as relações institucionais estabelecidas com pós-graduandas gestantes e mães.

A normativa amplia também a compreensão institucional acerca da maternidade e do cuidado ao contemplar situações de gravidez de risco, perda gestacional, adoção, parentalidade atípica e diferentes configurações familiares, deslocando parcialmente a discussão de uma visão biologizante para uma perspectiva mais ampla de cuidado e permanência acadêmica. A inclusão da perda gestacional merece destaque particular, pois o luto gestacional é uma experiência frequentemente invisibilizada nos espaços acadêmicos, e seu reconhecimento normativo representa um avanço que transcende a maternidade em sentido restrito, alcançando o direito ao próprio corpo e ao tempo necessário para elaborar a perda.

As políticas e os dispositivos legais, embora representem avanços importantes no reconhecimento dos direitos das mulheres na pós-graduação, tornam-se limitados quando inseridos em contextos institucionais marcados por práticas excludentes e discursos que desconsideram as especificidades da maternidade e da gestação. No cotidiano da pós-graduação, ainda prevalecem, em muitos casos, relações atravessadas por preconceitos, represálias simbólicas e deslegitimação das demandas vivenciadas por mulheres gestantes e mães.

Desse modo, a existência formal de leis e normativas não garante, por si só, condições efetivas de permanência. Isso porque a experiência acadêmica é profundamente mediada pelas relações estabelecidas no interior dos programas de pós-graduação, envolvendo orientadoras, docentes, colegas e estruturas institucionais. Bourdieu (2002) denomina violência simbólica essas formas de dominação que se naturalizam nas relações cotidianas sem precisar de imposição explícita, e é exatamente esse mecanismo que opera quando gestantes são sistematicamente tratadas como menos comprometidas, sem que nenhuma norma precise estabelecer isso. São essas relações que frequentemente definem as possibilidades concretas de acolhimento, continuidade da formação ou, em sentido oposto, de adoecimento, isolamento e evasão acadêmica das mães pesquisadoras.

3 A MULHER PESQUISADORA QUE MATERNA CONTINUA PRODUZINDO, AINDA QUE ESSE TRABALHO NÃO CAIBA NO LATTES

Minha³ trajetória acadêmica é permeada por diversos atravessamentos da construção da minha identidade. Durante a graduação, havia um viés relacionado a acessar lugares que a minha família não acessou. Ingressei no Mestrado em Educação em março de 2022, me casei em junho de 2023 e engravidei em setembro do mesmo ano. Meu prazo para defender a dissertação era 28 de fevereiro de 2024 e manteve-se o mesmo. No início do

3 Nesta seção é assumido o uso da primeira pessoa, pois são apresentadas as vivências e reflexões da pesquisadora autora do estudo. <https://doi.org/10.21913/2176-9230.20210001>

mestrado, havia o desejo de conseguir um título para ter um salário maior e ascender socialmente. E, ao final do mestrado, o sentimento era: eu não posso desistir, porque vão dizer que eu desisti porque estou grávida.

A gravidez me ocorreu justamente no processo de análise dos dados produzidos, após análise documental e entrevistas narrativas em uma pesquisa de natureza qualitativa. Meus sintomas foram muito intensos. Eu vomitava com frequência, sentia muita fraqueza e um cansaço constante que atravessava todas as atividades do cotidiano. Houve um dia em que passei horas escrevendo e analisando os dados da pesquisa e, logo em seguida, precisei ir trabalhar. Em determinado momento, eu dormi em pé enquanto dava aula. Aos poucos, tornou-se impossível sustentar simultaneamente as exigências do trabalho e da pós-graduação.

Ferraz et al. (2021) afirmam que há distintas percepções da mulher em torno de si mesma quando grávidas. Minha experiência foi atravessada por sintomas físicos de alta intensidade, que tornavam especialmente difícil manter as condições necessárias à escrita e à análise acadêmica. A sensibilidade e fragilidade psicológica que se instaura na gestação contribui para dificuldade de convívio com pessoas próximas (Alves; Bezerra, 2020). Neste sentido, destaco que enfrentei algumas dificuldades de comunicação que atravessaram as disciplinas e o processo de orientação.

Em diversos momentos, não consegui manter determinados prazos porque estava lidando simultaneamente com internações, mal-estar constante e os impactos físicos da gestação. Ainda assim, as exigências acadêmicas permaneceram as mesmas. É o que Haraway (1995) chamaria de saber situado, aquele conhecimento produzido a partir de um corpo específico, em condições específicas, que os instrumentos de avaliação acadêmica simplesmente não reconhecem.

Não há, para nenhuma de nós, uma parte do Lattes para que possamos colocar: “artigo escrito de madrugada”, “artigo escrito enquanto amamentava”, “artigo interrompido pelo vômito”, “ideia tida durante o banho”, “pausa de cinco minutos entre um choro e outro do bebê culminando em uma ideia registrada por meio de áudio em grupo de aplicativo”. Não há no Lattes um espaço para registrar que alguém renunciou ao próprio descanso, do banho ou até da própria saúde para cumprir um prazo acadêmico. Federici (2017) argumenta que o trabalho reprodutivo foi historicamente invisibilizado como condição necessária para que o trabalho produtivo parecesse autônomo e limpo, e o currículo Lattes funciona exatamente dessa forma.

Tampouco existe um campo capaz de expressar que uma mãe precisou pedir demissão e colocar em risco a subsistência da própria casa porque, em determinado momento, foi obrigada a escolher entre o trabalho e a pesquisa, haja vista que, diante da possibilidade de que a titulação traga melhores oportunidades, permanecer na pós-graduação parece a decisão mais racional para algumas. Durante o meu processo de gestar-pesquisar, expressão que nomeio aqui deliberadamente para designar essa experiência específica, ainda sem lugar na linguagem acadêmica convencional, continuar na carreira científica tornava-se, ao mesmo tempo, uma tentativa de conquistar um título, ocupar um espaço historicamente negado às mulheres, e construir a possibilidade de ter voz dentro da academia.

Foi doloroso perceber que muitos discursos institucionais sobre acolhimento e permanência das mulheres na academia permanecem apenas no nível da fala. Durante a gestação, ouvi de alguns professores comentários como “que pena que você está grávida” ou “infelizmente você está grávida”. Anos depois, ao me candidatar ao doutorado, ouvi novamente de um docente que, caso pretendesse engravidar, seria melhor não mencionar isso no processo seletivo, porque ninguém desejaria orientar alguém que quisesse gestar durante a pesquisa. Sue et al. (2007) denominam microagressões esse tipo de comunicação, frequentemente disfarçada de preocupação ou conselho, que transmite mensagens de deslegitimação a pessoas de grupos historicamente marginalizados.

Essas violências sutis, frequentemente naturalizadas em tom de brincadeira ou aconselhamento, revelam uma estrutura acadêmica ainda profundamente marcada por concepções masculinizadas de produtividade. A mulher gestante passa a ser percebida como alguém potencialmente menos disponível, menos produtiva e mais

Revista Práxis, v. 18, 1sup (2026): Germinando Ciência: Pesquisas de pessoas que gestaram (2022–2025)

suscetível às interrupções impostas pelo cuidado e pelo próprio corpo. Nesse cenário, a maternidade aparece como incompatível com o ideal de pesquisadora construído historicamente pela academia. Para ocupar esse espaço, muitas mulheres sentem-se pressionadas a silenciar desejos relacionados à maternidade, adiar a gestação ou agir como se seus corpos não produzissem interrupções, dores ou necessidades específicas. Em contraponto, a possibilidade da paternidade raramente aparece como um fator capaz de comprometer a trajetória dos homens.

Pouco importa se um pesquisador deseja tornar-se pai durante o curso, porque o cuidado com os filhos continua sendo socialmente compreendido como uma responsabilidade prioritariamente feminina. Para as mulheres, entretanto, a maternidade frequentemente surge como algo incompatível com as exigências da academia. Adaptar-se implica, muitas vezes, silenciar desejos, adiar projetos de maternidade ou agir como se o próprio corpo não impusesse limites, necessidades e interrupções. Permanecer na academia parece exigir das mulheres uma constante tentativa de adequação a uma lógica construída a partir de experiências masculinas de produção científica. Vale reconhecer que essa experiência não é homogênea, pois marcadores de raça e classe produzem camadas adicionais de exclusão, tornando a permanência ainda mais difícil para mulheres negras e de baixa renda, como apontam as perspectivas interseccionais (Akotirene, 2019; Crenshaw, 2002).

Ainda assim, concluí minha dissertação dentro do prazo. Não ultrapassei um único dia, especialmente porque era bolsista e precisava corresponder às exigências institucionais vinculadas à bolsa, mesmo tendo recebido esse auxílio apenas na etapa final do curso. Defendi com cinco meses de gestação, com a barriga bastante evidente. Hoje, ao revisitar aquele trabalho, percebo falhas que me fazem recordar das circunstâncias em que ele foi produzido: dias em que escrever poucos parágrafos exigia pausas constantes entre episódios de vômito, cansaço extremo e mal-estar físico. Essas falhas dizem menos sobre minha capacidade como pesquisadora e mais sobre os limites de um sistema avaliativo que não distingue entre a qualidade do pensamento e as condições materiais em que ele foi produzido.

A diferença no modo como eu era percebida também se tornava visível nas relações acadêmicas cotidianas. Colegas da mesma linha de pesquisa pareciam acessar com maior facilidade espaços de diálogo, orientação e acompanhamento. Havia mais disponibilidade para reuniões, mais tolerância diante de atrasos e mais abertura para dúvidas e dificuldades. Enquanto isso, minhas limitações pareciam ser constantemente interpretadas a partir da gravidez, como se gestar representasse, inevitavelmente, menor comprometimento com a pesquisa. Essa distribuição desigual de atenção e recursos simbólicos é precisamente o que Bourdieu (2002) descreve como violência simbólica, uma forma de dominação que opera sem se declarar, porque se sustenta em disposições já naturalizadas no campo acadêmico.

Gestar dentro de um ambiente acadêmico frequentemente hostil é uma experiência dolorosa, atravessada por exclusões sutis, silenciamentos e solidão. Ainda assim, permanecemos. Eu e tantas outras mães seguimos ocupando espaços que, durante muito tempo, disseram não ser nossos. Permanecemos porque sabemos que pertencemos a eles. E seguimos também porque compreendemos que nossa permanência é uma disputa por um modelo diferente de ciência, aquele que reconhece honestamente de onde e de quem fala (Haraway, 1995).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda é difícil falar de acolhimento às gestantes dentro do ambiente da pós-graduação. Mais difícil ainda é concretizar discursos em políticas efetivas de permanência. São necessários prazos diferenciados, flexibilização na rotina e, inclusive, recursos específicos de bolsas para mulheres que gestam, de modo que haja, de fato, equidade, e não apenas igualdade formal, no mundo da pesquisa. Este relato é singular e não pretende representar a totalidade das experiências de gestação na pós-graduação.

Não cabe comparação entre a produção científica de alguém que passa por profundas alterações corporais, modificação total da rotina e um forte impacto emocional, e outra pessoa que não vivencia esse processo. São

realidades e necessidades distintas que carecem de um olhar cuidadoso, no sentido do que Scott (1990) distingue entre igualdade formal, tratar todos de forma idêntica, e equidade, reconhecer que situações diferentes exigem respostas diferentes. Isso é capaz de viabilizar que as gestantes mantenham suas escolhas de pesquisar e exercer a maternidade simultaneamente. Afinal, não faz sentido falar sobre igualdade de gênero quando as universidades ainda pregam, implicitamente, que para a mulher ocupar esses espaços ela deve renunciar à composição familiar que deseja. Não há igualdade se as instituições continuarem exigindo o cumprimento de padrões produtivos que ignoram as especificidades da maternidade.

Portanto, humanizar a pós-graduação e implementar políticas de apoio à permanência dessas pesquisadoras não é apenas uma questão de assistência, mas um passo fundamental para a justiça social e para a construção de uma ciência genuinamente plural e inclusiva. Isso significa, na prática, reconhecer que o conhecimento é situado e que os saberes produzidos em condições adversas têm valor, e que não é possível separar quem pesquisa do corpo que habita, das dores que carrega e das vidas que gera.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ALMEIDA, E.; MÜLLER, M.; HOGEMANN, E. R. R. S. A produção científica e a maternidade sob a ótica epistemológica da objetividade forte. **Plurais – Revista Multidisciplinar**, Salvador, v. 7, n. 1, p. 1-18, 2022.

ALVES, T. V.; BEZERRA, M. M. M. Principais alterações fisiológicas e psicológicas durante o período gestacional. **Id on Line Revista Multidisciplinar e de Psicologia**, v. 14, n. 49, p. 114-126, fev. 2020.

BIANCHETTI, L.; VALLE, I. R. Produtivismo acadêmico e decorrências às condições de vida/trabalho de pesquisadores brasileiros e europeus. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 82, p. 89-110, jan./mar. 2014.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BRASIL. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Resolução Normativa nº 028, de 27 de novembro de 2015. Estabelece normas gerais e específicas para bolsas no país e no exterior. Brasília, DF: CNPq, 2015.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Portaria CAPES nº 209, de 2026. Dispõe sobre prorrogação de bolsas em casos de maternidade, adoção e situações correlatas. Brasília, DF: CAPES, 2026.

CARVALHO, P. C. S. P.; AUAD, D. Mulheres na pós-graduação: conquistas e desafios à equidade. **Educação em Foco**, v. 28, n. 54, p. 1-18, 30 abr. 2025. DOI: <https://doi.org/10.36704/eef.v28i54.9210>.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

DALTRO, M. R.; FARIA, A. A. Relato de experiência: uma narrativa científica na pós-modernidade. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 223-237, 2019.

ESTÁCIO, L. S. S. et al. O produtivismo acadêmico na vida dos discentes de pós-graduação. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 25, n. 1, p. 133-158, 2019.

FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.

Revista Práxis, v. 18, 1sup (2026): Germinando Ciência: Pesquisas de pessoas que gestaram (2022–2025)

FERRAZ, B. A.; MASOTTI, C. G.; BENETTI, F. A.; ESTEVÃO, A.; CASTIGLIONE, M. Autoimagem e percepção corporal durante o período gestacional: existe influência do exercício físico? Revisão integrativa. **Revista Brasileira de Sexualidade Humana**, v. 32, n. 1, p. 39-49, 25 jun. 2021.

HAN, B. **Sociedade do cansaço**. Petrópolis: Vozes, 2015.

HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 5, p. 7-41, 1995.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. A classe operária tem dois sexos. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 2, n. 3, p. 93-100, 1994.

PINZÓN, J. H.; SANCHEZ, G. M.; MACHADO, W. L.; OLIVEIRA, M. Z. Barreiras à carreira e saúde mental de estudantes de pós-graduação. **Psico**, Porto Alegre, v. 51, n. 2, p. 189-201, 2020.

SCHIEBINGER, L. **O feminismo mudou a ciência?** Bauru: EDUSC, 2001.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 15, n. 2, p. 71-99, 1990.

SUE, D. W. et al. Racial microaggressions in everyday life: implications for clinical practice. **American Psychologist**, v. 62, n. 4, p. 271-286, 2007.